



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF e ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 6

Campeinato e Soberania Alimentar



Fortalecimento da soberania alimentar na agricultura camponesa e familiar por meio de circuitos locais de comercialização

The strengthening of food sovereignty in peasant and familiar agriculture through local commerce circuits

ROCHA, Lívia Murari¹, MAZALLA NETO, Wilon²

¹ UNESP, murari.livia@gmail.com; ² UNICAMP, wmazalla@yahoo.com.br

Tema gerador: Campeinato e soberania alimentar

Resumo

Nestes últimos dois anos houve um enfraquecimento das políticas públicas de escoamento de produtos agrícolas da agricultura familiar, fato que atingiu diretamente a vida das famílias residentes no assentamento Milton Santos e no acampamento Elizabeth Teixeira, duas áreas de reforma agrária organizadas pelo movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na região de Campinas. Para driblar esses problemas de comercialização nos dedicamos a desenvolver um projeto de extensão universitária junto aos agricultores dessas duas áreas, em cooperação com a sociedade civil, visando criar circuitos locais de produção e consumo de alimentos. A prática está ancorada nos princípios da Agroecologia, na medida que fortalece a agricultura familiar e camponesa, como também na Soberania Alimentar, reivindicando outra forma de circulação e distribuição de produtos agrícolas. Discutimos, ainda, a necessidade de apoio do Estado para o incentivo de um comércio agrícola local que fortaleça a agricultura camponesa.

Palavras-chave: Agroecologia; grupos de consumo; assentamento e acampamento rural.

Abstract

In the last two years there was a weakening of public policies aiming the outflow of familiar agricultural production, which hit directly families living at rural settlement “Milton Santos” and at the rural land occupation “Elizabeth Teixeira”, two agrarian reform areas organized by the Landless Rural Workers Movement (MST) in the region of Campinas. To dodge these commercialization problems, we developed a university extension project with the peasants from these two areas, in cooperation with civil society, aiming to create local production and consumption food circuits. The practice is based on the principles of Agroecology, in the way that it strengthens peasant and familiar agriculture, as well as food sovereignty, calling for another form of circulation and distribution of agricultural products. It is also discussed the need of State support to encourage a local agricultural commerce that strengthens peasant agriculture.

Keywords: Agroecology, consumption groups, rural settlements, rural occupations.

Introdução

Em 2007, em meio as jornadas de lutas do “Abril Vermelho”, realizadas nacionalmente, cerca de trezentos trabalhadores sem terra ocuparam a área da malha ferroviária da antiga Fepasa pertencente a União, localizada no município de Limeira, São Paulo. A ocupação resiste até a atualidade e está estabelecida em uma área de horto, intitulada



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF E ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 6

Campesinato e Soberania Alimentar



de “Horto Florestal Tatu”. Organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras (MST), o acampamento *Elizabeth Teixeira* é composto por cerca de cem famílias que permanecem há dez anos na área a espera da constituição do assentamento rural.

As famílias estão divididas em lotes de um hectare em média e criam estratégias para sobrevivência e permanência na terra, seja ela trabalhando na produção e comércio de produtos agrícolas ou vendendo suas forças de trabalho nos municípios próximos. O acampamento está localizado em um eixo de grande movimentação da Rodovia Anhanguera, ligando Limeira à Campinas e à capital paulista. Essa localização dificulta a legalização fundiária na medida em que a área está sob alvo de disputa constante pela especulação imobiliária por parte da prefeitura de Limeira e do interesse do empresariado.

O assentamento *Milton Santos*, também ligado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra está localizado nas proximidades do córrego Jacutinga, entre as cidades de Americana e Cosmópolis, região metropolitana de Campinas. Em meio a um “mar de cana”, cerca de sessenta e oito famílias residem no assentamento *Milton Santos* desde sua ocupação em 2004. Localizado no interior de uma grande usina de cana-de-açúcar, suas terras, antes pertencentes à família Abdalla foram desapropriadas pelo Decreto nº 77.666, de 24 de maio de 1976 e repassadas ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), devido ao não pagamento de. Hoje o assentamento aderiu à modalidade de reforma agrária, Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) e possui uma produção agrícola diversificada. Parte dessa produção de alimentos possui a certificação por meio da “Organização de Controle Social” (OCS) e conta com apoio da Embrapa Meio Ambiente, Esalq/Usf e Unicamp. O assentamento também possui em sua organicidade para escoamento da produção uma associação e uma cooperativa.

Nesses locais de luta pela reforma agrária, diferentes biografias se encontram e traçam caminhos em comum na busca da tão sonhada moradia no campo. Esse processo de conquista pode ser muitas vezes moroso, porém, laços de solidariedade e ações coletivas são desenvolvidas nesse processo. A categoria “sem terra”, abarca milhares de trajetórias entrecruzadas. Muitos fortalecem sua condição camponesa na medida em que se envolvem politicamente com a questão agrária e o projeto político de reforma agrária popular dos assentamentos rurais, assim como muitas famílias de origem rural têm e a oportunidade nas ocupações de voltarem a viver na terra.

É o que chamamos de campesinidade, “*entendida como uma qualidade presente em maior ou menor grau em distintos grupos específicos*” (WOORTMAN, 1990:13). Ou seja, a campesinidade compreende essa heterogeneidade de perfis do camponês e distintas origens. Propõe olhar para uma sociedade camponesa e não para caracterís-



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF e ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 6

Campesinato e Soberania Alimentar



ticas isoladas como meios de produção, que seria um olhar puramente economicista. Parte-se de um ponto de vista de desconstruir a ideia de “pequeno produtor” e propõe olhar a terra para além da produção da produção agrícola, e considerar que a terra também é morada, é moradia, também é cuidado com a família e com o outro, também é troca. Nos propomos a ver uma sociedade camponesa a partir da campesinidade nas distintas áreas de reforma agrária, seja ela no interior do Nordeste brasileiro ou a redores das grandes cidades nas margens de rodovias (WOORTMAN, 1990).

É importante ressaltar que a campesinidade não exclui a questão da produção agrícola, porém não vincula a construção do campesinato aos meios econômicos de sobrevivência no mercado. Se nos detivéssemos a essa lógica, muitos assentados e acampados da reforma agrária não estariam ocupando terra e vivendo em assentamentos rurais, tendo em vista as inúmeras dificuldades, que vão desde suporte técnico e financeiro para produção, a escoamento desses alimentos.

Porém, apesar desses impasses, o trabalho na roça segue sendo a principal forma de sustento de boa parte dessas famílias assentadas e acampadas. Proposta da reforma agrária se constituiu na reivindicação do direito a terra, a moradia, a educação, a saúde, o direito a produção de alimentos limpos e saudáveis, a manutenção a biodiversidade genética das sementes e tudo que envolve as tradições culturais dos camponeses e nos sistemas produtivos.

As políticas públicas que subsidiavam a comercialização de alimentos advindos da agricultura familiar, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) eram as principais formas de escoamento de boa parte da produção agrícola dos assentados e acampados da reforma agrária. Esses programas pertenciam ao antigo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e tinham como finalidade garantir a alimentação saudável das entidades da rede sócio assistencial e escolas públicas por meio da compra de produtos produzidos na agricultura familiar. Apesar de inúmeras dificuldades na gestão dessas políticas, assim como atrasos de pagamentos, excesso de burocratização para acessar e administrar, ao longo dos anos, ela se tornou determinante para o escoamento de produtos advindos da agricultura familiar, sobretudo de áreas destinadas a reforma agrária.

Com o enfraquecimento dessas políticas a partir da queda do governo Dilma Rousseff em 2016, temos observado um aumento significativo das dificuldades encontradas pelos agricultores e agricultoras para escoarem seus produtos. Dada a dinâmica dos grandes mercados no sistema alimentar mundial, pequenos agricultores são automaticamente excluídos das grandes redes supermercadistas nas cidades, e dependem



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF E ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 6

Campesinato e Soberania Alimentar



quase que exclusivamente do Estado para garantir a venda do excedente produtivo. No entanto, dada as fragilidades encontradas nessas políticas públicas, as atuais iniciativas, vinculadas a pauta por Soberania Alimentar, foram iniciadas, a princípio para complementar as iniciativas governamentais e depois se tornaram umas das principais formas de comercialização de alimentos produzidos pelas famílias do assentamento *Milton Santos* e no acampamento *Elizabeth Teixeira*.

Um dos principais motivos de reivindicar a reforma agrária no Brasil se dá pelo seu potencial de produção de alimentos e assim como viabilizar a retomada da população expulsa do campo pelas grandes monoculturas para produção de *comodities*. Assim, áreas de reforma agrária têm como objetivo principal produzir alimentos saudáveis, afinal, se alimentar é um direito humano, isto é o que chamamos de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), que defende que todo ser humano tem direito de a uma alimentação adequada e saudável (MALUF, 2013).

Nesse sentido, é defendido neste trabalho a perspectiva da Soberania Alimentar e da Agroecologia, que questionam a base da política neoliberal de incentivo a essas redes mercantis, que dominam o mercado agroalimentar. Reconhece-se a necessidade de políticas públicas adequadas para o fortalecimento da agricultura familiar e camponesa de base agroecológica, assim como a importância de se incentivar redes de mercados locais com o objetivo de promover a Soberania e Segurança Alimentar.

Porém, apesar da falta de incentivos do Estado para a produção e distribuição de alimentos limpos produzidos localmente, tem sido criadas em todos o país, redes e circuitos de comercialização locais, sendo compostas por diversos integrantes da sociedade civil.

A potencialização de circuitos locais e regionais de produção, distribuição e consumo de alimentos coloca a possibilidade de (re)aproximar a produção e o consumo de alimentos que o sistema alimentar atual afastou, baseando-se em produtos diferenciados e alimentação adequada e estimulando empreendimentos rurais urbanos com elevada capacidade de gerar trabalho e renda em âmbito local e regional (MALUF, 2013:148).

É nesse horizonte que as áreas de acampamentos e assentamentos da reforma agrária seguem suas práticas do cotidiano, resistindo pela permanência na terra, e nela garantindo o seu sustento pela produção de alimentos. Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo refletir, a partir da experiência da criação de dois grupos de consumo, o fortalecimento da Soberania e Segurança Alimentar. Assim como valorizar a necessidade e a importância dos assentados e acampados para promoção da saúde nutricional da população.



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF E ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 6

Campesinato e Soberania Alimentar



Metodologia

Como aparato metodológico utilizamos os conceitos da pesquisa participante e a pesquisa-ação com a finalidade de estruturar empiricamente o projeto de extensão em Agroecologia, inte-relacionando ensino, pesquisa e extensão. Como método de ação utilizamos grupos focais e Metodologias participativas no acompanhamento de reuniões, oficinas, seminários e formações. Também utilizamos a observação participante para extrair detalhes do cotidiano nesse acompanhamento entre campo e cidade.

A partir do projeto de extensão promovido pelo edital 039/2014 do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), desenvolvemos um projeto pela Faculdade de Engenharia Agrícola da Unicamp (Feagri), intitulado *“Transição agroecológica da agricultura familiar na região de Campinas (SP)- a práxis do ensino, pesquisa e extensão na rede de agroecologia da Unicamp”*. O projeto foi estruturado em diversos eixos de atuação e entre eles, a questão da comercialização, denominado *“Organização e ações coletivas na agricultura familiar para processos de comercialização em circuitos curtos e certificação participativa”*. As áreas citadas nesse Resumo foram trabalhadas pelo subtema: *“Organização e empoderamento de agricultoras e agricultores para comercialização e redes locais de consumo”*.

Análises de resultado e Conclusões

Nessa perspectiva, vem sendo mapeadas desde de 2015 as potencialidades regionais das áreas de reforma agrária para criação de circuitos locais de comercialização. Após inúmeras articulações, em agosto de 2016 foram iniciadas formações com dois grupos de consumidores interessados em comprar diretamente alimentos agroecológicos advindos da reforma agrária.

Um dos grupos de consumidores são vinculados a “casa de cultura popular” na cidade de Americana e outro grupo composto em grande parte por universitários e membros do terceiro setor, na área de direitos humanos, da cidade de Limeira. As reuniões de formação desses dois grupos giraram em torno do debate teórico da Soberania Alimentar e Segurança Alimentar e Nutricional, ambas políticas que se complementam na medida que partem do princípio de questionar o domínio das redes agroalimentares que controlam mundialmente o mercado. Assim como, explicitam toda a dificuldade de comercialização dos assentamentos rurais na região de Campinas, que não conseguem adentrar no circuito de comercialização nas cidades próximas devido a diversos fatores e tipos de barreiras. As formações também giraram em torno de questionar qual tipo de alimentos são vendidos em supermercados, mercados, Ceasa, na medida



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF e ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 6

Campesinato e Soberania Alimentar



que a produção desses alimentos possuem altas taxas de usos de agroquímicos em seus processos de produção. A construção da experiência se deu na perspectiva de propor uma alternativa para os grupos de consumidores terem acesso a alimentos saudáveis a um preço justo.

A partir dessas formações com consumidores e agricultores, em de outubro de 2016 iniciaram duas experiências de venda direta em circuitos locais de comercialização, o que chamamos de “grupo de consumo”, nessas duas áreas do MST. Cerca de quinze agricultores e agricultoras participam das reuniões semanais do assentamento Milton Santos para escolherem os produtos a serem entregues semanalmente por meio das “cestas agroecológicas”. Atualmente as cestas ultrapassam quarenta unidades entregues e têm perspectiva de aumento na medida que há vantagens tanto para consumidores quanto para os produtores. Já na cidade de Limeira, cerca de quarenta e cinco consumidores se reúnem toda terça-feira para fazer o que chamamos de “sacolão”, formato de venda direta onde dez agricultores do acampamento *Elizabeth Teixeira* enviam cotas semanais em produtos agroecológicos, sendo que nesse modelo os consumidores escolhem seus produtos a partir das cotas pagas mensalmente e de uma lista de preços construída dentre consumidores e agricultores.

A vantagem dessas iniciativas para os agricultores e agricultoras é a venda garantida da sua produção regularmente, pois, não há oscilação de consumidores, desta forma podem investir nas suas produções tendo em vista a saída regular dos produtos produzidos. Assim como as vantagens para os consumidores, além de estarem acessando um produto livre de agrotóxicos e saudáveis, não há a tradicional instabilidade de preços dos alimentos como nos supermercados.

A composição da alimentação dos consumidores parece estar se alterando a partir da participação no grupo de consumo, essa relação direta entre produtores rurais e consumidores da cidade tem permitido a recuperação de variedades alimentares tradicionais, aumento a diversidade de alimentos disponíveis para as pessoas da cidade. Ao mesmo tempo, agricultores agricultoras têm reforçado seu compromisso com a Agroecologia a partir dessa aproximação entre produção e consumo no circuito alimentar local.

Afirma-se a importância para agricultura camponesa familiar do incentivo organização de iniciativas produtivas com venda local de alimentos, que devem ser incentivadas e fortalecidas por meio de políticas públicas adequadas, apoiando a produção agroeco-



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF e ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 6

Campeinato e Soberania Alimentar



lógica nas áreas de reforma agrária. Verifica-se, também, contribuição na criação de mercados locais, tendo em vista as necessidades de melhoria da base alimentar dos moradores da cidade em cooperação com os camponeses.

Referências bibliográficas

WOORTMANN, Klass. **“Com parente não se neguceia” – O campesinato como ordem moral.** In: Anuário Antropológico/87. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990.

MALUF, Renato. **A agricultura e a promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional: entraves e desafios.** In: MIELITZ, Carlos (org). Desenvolvimento agrícola e questão agrária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.